



## O ESTADO E OS TEMPOS SOCIAIS FEMININOS: UMA MEDIAÇÃO DA OPRESSÃO DE GÊNERO DAS MULHERES

Laura Susana Duque-Arrazola<sup>1</sup>

### *Introdução:*

Nosso propósito neste trabalho é tratar da questão dos tempos sociais sexuados a partir da inserção das mulheres nas políticas sociais e o uso do Estado – patriarcal e de classe - dos tempos sociais femininos<sup>2</sup> nestes tempos de reestruturação produtiva, reforma do Estado e hegemonia neoliberal. Tempos sociais sexuados, históricos e diferentes para homens e mulheres, segundo seus pertencimentos de classe<sup>3</sup>.

O tempo é um componente da dinâmica da natureza, como da realidade social e dos próprios seres humanos. Portanto, tem uma existência objetiva. Conota movimento, ritmos, ciclos, duração, momentos, por conseguinte, mudanças, transformações e a dialética que os implica. Falar de tempo é também falar de história, de prática humana, de *praxis*<sup>4</sup> seja enquanto trabalho ou como prática política. Nessa dinâmica, *o correr do tempo* exprime uma dialética entre os chamados *tempos físicos, naturais e sociais*, seguindo a classificação de Edward P. Thompson (1979) para quem, nesse processo, o tempo constitui-se historicamente em medida, em duração. Nesse sentido, o tempo se constitui para Norbert Elias (1998) em uma instituição social reguladora, entanto que para Daniel Bensaid (1999) numa relação social. Daí que entenda a organização, orientação e regulação do tempo na vida cotidiana e no mundo da produção e do trabalho, dentre outros, como uma mediação das relações sociais. Para o caso das mulheres é uma mediação da opressão-exploração de gênero e classe, pelo uso e apropriação dos tempos sociais femininos na contraditória e tensa relação dos tempos de trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres, imbricados dialeticamente na relação de apropriação do tempo de trabalho pelo capital. Igualmente pelo Estado patriarcal e de

---

<sup>1</sup> Socióloga, doutorado em Serviço Social; Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

lsduquearrazola@uol.com.br

<sup>2</sup> Este trabalho retoma um dos sub-capítulos sobre a temática, da minha tese de doutorado DUQUE-ARRAZOLA, 2004.

<sup>3</sup> O conceito de classe social assumido neste trabalho se inspira no marxismo, desde uma perspectiva feminista. Para aprofundar, ver, entre outras Heleieth Saffioti, .1992; Dossiê Marxismo e feminismo, 2000; ver também, Ellen M. Wood 2003..

<sup>4</sup> A *práxis* é compreendida como atividade prática humana, transformadora do mundo representada primeiramente pelo trabalho e a prática política. Supõe, pois um agir dos sujeitos. É uma atividade prática subjetiva – consciente, criadora e transformadora do mundo. Como explica José Paulo Netto (1994) apoiando-se em Marx, é a *práxis* a fundante do ser social (apud DUQUE-ARRAZOLA, 2004). Para maiores aprofundamentos ver: MARX Karl (2001.)



classe, mediante o uso e apropriação gratuita do tempo de trabalho reprodutivo das mulheres participantes de programas das políticas sociais públicas, como os de transferência de renda, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI<sup>5</sup> da área rural de Pernambuco e os de assistência à saúde (DUQUE-ARRAZOLA, 2004). Ao longo da história das sociedades ocidentais industrializadas, os relógios passaram a ser e simbolizar a regulação e controle do tempo de trabalho com seus desdobramentos na (auto)disciplina de homens e mulheres, sobretudo dos/das trabalhadores/as. Para Elias, essa regulação do tempo não só modela a experiência humana, como sempre implicou intencionalidades em relação a tarefas humanas específicas.

Entretanto, o tempo social, campo de nosso objeto de estudo, tem também uma existência subjetiva, relacionada com as práticas e objetivações da vida cotidiana e processos materiais que servem à reprodução da vida social. É um tempo organizado, vivido e representado de modo diferente por homens e por mulheres na imbricação dialética das relações de gênero, de classe e étnico-raciais. Nessa dialética tomemos como exemplo os *tempos do corpo* e os *tempos da máquina* na sociedade capitalista. O primeiro é representado e “naturalizado” como um tempo do cotidiano feminino, associado a maternidade, a reprodução ou produção da vida, ao trabalho doméstico. O segundo, *o tempo da máquina*, é identificado como *tempo do capital*, tempo racional da produção dos bens e serviços nos espaços públicos do trabalho, por sua vez associados, “naturalizados” e representados como tempos masculinos, tempos do provedor: assalariado e do proprietário dos meios de produção, segundo a ideologia patriarcal.

### *Os Tempos Sociais Sexuados*

Temos então, que as temporalidades sociais são materialização das relações sociais que estruturam e organizam as sociedades concretas, as sociabilidades e o cotidiano dos homens e das mulheres. Os tempos sociais participam, pois, da configuração das práticas sociais dos sujeitos individuais e coletivos. Por isso considero a experiência do tempo como *sexuada* e de classe, como esclarece Annette Langevin (1992), segundo os pertencimentos raciais, étnicos, geracionais de homens e mulheres. Nesse sentido, para o caso das sociedades cuja dinâmica, organização e desigualdades se dão na imbricação dialética da ordem patriarcal de gênero e a ordem burguesa, apesar do tempo não ter sexo, se exprime contraditoriamente como processualidade sexuada –

---

<sup>5</sup> O PETI é um programa social compensatório de transferência monetária de renda, destinado a famílias em situação de extrema pobreza com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, com o compromisso de manter-se estudando na escola e abandonar o trabalho precoce.



*tempos sociais sexuados* - e de classe, os que “estruturam”<sup>6</sup> o cotidiano de mulheres e de homens no mundo do trabalho, da família e da política, dentre outros. Daí que o *tempo androcêntrico ou tempo social masculino* difira do *tempo social feminino*. Ora, o tempo de trabalho doméstico ou da reprodução permanece estrutural para as mulheres e, como explica Helena Hirata (s/d), o “tempo livre” que podem ter não adquire para elas o mesmo sentido – descanso - que para os homens.

O discurso das mulheres-mães sobre seu cotidiano, trabalhem ou não *fora de casa*<sup>7</sup>, gira em torno das tensões e conflitos com seus tempos sociais: do trabalho e cuidados domésticos ou da reprodução, incluindo aí as *idas e vindas* à escola, ao posto médico e das atividades da produção (trabalho informal, precarizado, desemprego). O tempo de trabalho feminino (produtivo ou remunerado e/ou reprodutivo ou dos cuidados) é representado pelas mulheres-mães das meninas e meninas do PETI como um incansável e desgastante *ir e vir de lá e pra cá*, embora esse *ir e vir* não signifique para elas conquista de direitos (civis). Representa obrigatoriedade das *relações de serviço* que estruturam seus tempos de trabalho. A jornada se inicia para elas, por volta das 4:00 ou 5:00 horas da manhã e vai até 9 ou 10 horas da noite, hora em que vão dormir. O *ir e vir*, o *lá e pra cá* cotidianos começa com a preparação dos alimentos, seguidos da limpeza e higienização da casa, do terreiro; da arrumação e cuidados com as crianças; a lavagem da roupa no rio ou em casa, se dispuserem de água encanada. Caso contrário, a água para uso doméstico tem que buscá-la no rio, na barragem ou cacimba, com ajuda ou não dos filhos/marido. No meio dessas atividades estão as da sua contrapartida com o Programa e as atividades produtivas no roçado, nas vendas de cameló, porta a porta, dentre outras. E *Tudo tem que ficar pronto para a chegada do marido: ele quer almoço pronto, roupa lavada, casa varrida, os filhos na escola.* (Zefa)

Desse modo, o *tempo de descanso* das mulheres-mães-donas-de-casa-esposa se vê reduzido às *horas do sono e do “sossego”*, no período que as crianças e os/as adolescentes estão na escola ou na Jornada Ampliada do PETI. Diferentemente dos maridos, desempregados ou não, quem, podendo chegar do trabalho para o almoço em casa, *podem deitar e dormir por um bom tempo*, antes de retomar ao trabalho ou continuar o descanso com a roda de amigos. As mulheres que *trabalham fora*, seu *tempo livre do emprego*, é um tempo dedicado ao trabalho doméstico, no final

---

<sup>6</sup> Philippe Zarifian, considera que são três os tempos estruturais: tempo profissional, tempo doméstico (que estou chamando também de tempo da reprodução e manutenção da vida) e o tempo de saídas ou tempo de descanso (Eric Maurin), também chamado de tempo livre. Segundo este autor, para a nova concepção de trabalho os tempos profissionais e domésticos são tempos de trabalho e os “tempos de saída” são tempos para além das obrigações do lar. (apud DUQUE-ARRAZOLA, 2004).

<sup>7</sup> As mulheres-mães dos/das meninos/as do PETI do Cabo de Santo Agostino *trabalham fora como*: empregadas domésticas, auxiliares de lanchonete, ambulantes; *trabalham no campo* nos engenhos como clandestinas; vendem alguns produtos artesanais feitos por elas (panos d mesa), produtos da Avon e em programas assistenciais da prefeitura como zeladoras e merendeiras.



do expediente e no final da semana ou feriados. Neste, nos feriados e no período de férias escolar, *aumentam o trabalho doméstico* e se intensifica a atenção com os filhos/as, sobretudo com os meninos, seja pela *presença constante dos meninos/as em casa ou pelo sumiço dos mesmos*, “ *sem saber onde estão*. Para essas mães, *ele (filho/a) estando na escola, já sabe onde ele está*” (Lininha). Para as mães com filhos/as pequenos/as, “passeios” e visitas a familiares significa mais trabalho, diferentemente dos pais que saem sem levar os/as filhos/as. Como diz Mariinha

*sair de casa de passeio visitar, mãe, parentes, não dá. Dizer assim, “eu vou sair”, eu tenho que levar os meus filhos todinho. Dizer, “vou pra casa da minha mãe passar o dia com ela”, não dá. É chegar e eu vou lutar mais do que na minha casa. Ela é de idade, ela não vai pra bera do fogão cozinhar pra todo mundo. Aí eu, a filha vai cozinhar pra todo mundo”*

O marido-pai, não sai com filhos/as nem os/as leva à escola. *Dizem não ter tempo*. A maioria deles *não tem horário fixo; chegam em casa estressados*. Alguns “ajudam” em casa *trazendo lenha e água para dentro de casa*, mas, *serviço de casa* quase nenhum deles faz (Paz).

Como se pode observar, os *tempos sociais sexuados* enquanto mediações das relações de sociais de gênero exprimem relações de poder, de dominação e opressão, igualmente em tratando-se das relações de classe. O trabalho escravo, a exploração do trabalho assalariado pelo capital, formal ou subcontratado, a produção e acumulação da mais-valia, são expressões históricas do uso, controle e apropriação do tempo de trabalhadores e trabalhadoras. Não é por acaso que a grande bandeira de luta, de revoltas e resistência, por parte de trabalhadores e trabalhadoras formalmente empregados/as, seja a redução da jornada diária de trabalho a que o Estado regula depois de muita luta, mas não para o trabalho doméstico-reprodutivo. As Convenções Internacionais do Trabalho desde 1919, são expressão dessa luta e reivindicação pela redução da jornada de trabalho e o direito ao descanso semanal, às que são invisíveis os tempos sociais femininos com o trabalho doméstico e da reprodução, a pesar da imbricação das relações sociais de gênero e de classe na concreção desses tempos sociais sexuados.

Podemos dizer então, que as tensões e conflitos das mulheres na sua relação cotidiana com o *tempo* – trabalho profissional remunerado, assalariado, subcontratado ou não x trabalho doméstico e dos cuidados da vida e não remunerados - não são tensões de caráter pessoal – ineficiência, incompetência das mulheres- antes exprimem uma opressora divisão sexual do trabalho e a condição de subalternidade do feminino materializada nas *relações de serviço*, na gratuidade das mesmas e a invisibilidade das suas objetivações. Sob elas se realizam a distribuição desigual dos tempos de trabalho da reprodução e dos cuidados da vida para homens e mulheres, os quais se fazem presentes no próprio processo de produção e de trabalho assalariado mediante a reprodução cotidiana da força de trabalho masculina e feminina. Essas relações de serviço às pessoas em que



estão inseridas as mulheres supõe uma disponibilidade permanente de todo seu tempo – profissional e da reprodução- Ambas expressam uma hierarquização das temporalidades de homens e de mulheres e societárias; tempos da produção e do trabalho assalariado valorizados em oposição aos tempos reprodutivos e dos cuidados invisíveis; tempos desigualmente distribuídos e usados entre os homens e as mulheres. Entretanto, essas tensões e conflitos se traduzem no mercado de trabalho em contraposição à exploração e opressão, seja na forma de resistências, transgressões e lutas, que são ao mesmo tempo de classe e de gênero<sup>8</sup> e não raro raciais. O mesmo não ocorrendo com os tempos de trabalho femininos da reprodução, cujas resistências e transgressões a opressão e exploração de gênero ainda não se traduzem superação da divisão sexual dos tempos domésticos.

Dada a organização social dos tempos – tempos da produção (de bens e serviços) e do trabalho reprodutivo, tempos do “não-trabalho” (trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado), tempo de descanso ou tempo livre - a maioria das mulheres são tomadas quase que totalmente pelo tempo da reprodução, pelos *tempos do corpo do outro*. O tempo aparece como um tempo não para si, mas para “os outros(as)”, quase nunca um tempo para elas mesmas. Seu “tempo livre” ou de descanso quando assalariadas, é voltado em grande parte para as atribuições reprodutivas, principalmente em se tratando da força de trabalho feminina das camadas mais pobres das classes subalternas, as beneficiadas pelos programas sociais estatais. Expressado de certo modo no discurso das mulheres-mães do PETI.

### *Tempos sociais sexuados o capital e o Estado*

Nas formações sociais capitalistas o tempo que predomina na estruturação dos tempos societários é o *tempo do capital*, impondo-se a homens e mulheres das diferentes classes sociais como um tempo dominante e estruturador dos modos de vida de homens e mulheres nessas sociedades, subordinando a ele as atividades e os tempos da reprodução<sup>9</sup>. Entretanto, um outro tempo existia nos primórdios do capitalismo, “o *tempo androcentrico* que dominava a organização societária das temporalidades”, sustentado na ordem patriarcal de gênero e incorporado cada vez mais ao processo de produção mercantil e do nascente processo de produção fabril e industrial. Dominava tanto em termos da produção dos meios de vida como da reprodução da vida e a própria

---

<sup>8</sup> Danièle Combes e Monique Hailcault (1986: 39) concebem as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras como uma luta de classes e de sexos . Danièle Kergoat (1986: 85) é mais radical ainda, ao considerar que nessa luta de classes e de sexo as operárias são “ao mesmo tempo aliadas e antagônicas em relação aos operários”.

<sup>9</sup> Daniele Combes e Monique Hailcault (1986) consideram que essa subordinação da reprodução à produção se apóia numa outra subordinação ou submissão, a das mulheres aos homens, que por sua vez repousa na divisão sexual do trabalho.



procriação, ao qual os tempos femininos da reprodução estavam, e continuam a estar, subordinados. “*Tempo androcentrico* ou tempo da experiência masculina da vida, da produção e do trabalho independentemente dos tempos da reprodução e do corpo”. Tempo que além de exprimir o domínio e valorização masculina dadas historicamente pela ordem patriarcal de gênero, “tem-se revelado como mais adequado a racionalização do capital, a sua igualação social e mediações sistemáticas segundo os interesses e a lógica da acumulação e produtividade do capital”. Diferente dos tempos femininos da reprodução, “dificilmente tempos igualados, marcados que são pelos tempos do corpo e dos cuidados, diferentes dos tempos da máquina representados como tempos do capital e simbolizados como tempos masculinos” (DUQUE-ARRAZOLA, 2004, p. 204). Mesmo assim os tempos do corpo da força de trabalho masculina e feminina” passaram a ser cada vez mais programados e regulados sob diferentes formas de controle segundo o *tempo das máquinas* e a racionalidade da produção capitalista do tempo “ (idem, p. 2005)..

Hoje em dia, o tempo é um “instrumento de orientação” indispensável para que sejam realizados com eficiência, segundo a racionalidade capitalista, uma multiplicidade de trabalhos e tarefas as mais variadas. No Capitalismo não são casuais, os conhecimentos e tecnologia acurada sobre o tempo; o refinamento tecnológico de sua mensuração e materialização em instrumentos e objetos voltados para o trabalho; as políticas de controle da força de trabalho se orientam a ampliação de um tempo de trabalho excedente, sua intensificação e produtividade para uma maior produção de mercadorias segundo as necessidades de acumulação e apropriação da mais-valia..

Os tempos sociais sexuados e societários exprimem, pois, modos de orientar, disciplinar e regulamentar a vida individual e coletiva. Modos de vida que se materializam na sociabilidade das sociedades históricas conformando o agir de homens e mulheres. Nas formações sociais capitalistas, a racionalidade, eficiência, produtividade e competitividade sob a lógica do capital, são incorporados as instituições públicas e privadas, reproduzindo as exigências de produtividade e racionalidade do tempo, requeridas pelo capital. A remuneração salarial por peça ou por produto, o trabalho por empreitada, os incentivos à produtividade do trabalho são expressão disto.

Estudos antropológicos, sociológicos e históricos revelam que nas formações sociais da Europa, na medida em que a divisão social e sexuada do trabalho se tornava mais complexa, surgiu o trabalho regulado, embora tal regulação seja diferente da que se dá no processo de produção capitalista de mercadorias. Antes do relógio e de sua divulgação no século XIV, já existia o trabalho masculino regulado, o que afetava as atividades domésticas e os tempos da reprodução, posto que muitos dos trabalhos masculinos da época se realizavam no âmbito domiciliar, a exemplo da



produção de instrumentos de trabalho – caso dos ferreiros -, a criação de animais, a produção camponesa e, mais tarde, o trabalho a domicílio para a manufatura, como bem analisa Marx em o *Capital* ao tratar da manufatura e a maquinaria.

. Mesmo subordinado ao capital, o *tempo androcêntrico* tem exercido uma *dominação de gênero* na vida das mulheres e na organização do cotidiano, tanto na esfera doméstica-privada, quanto na esfera pública. Na condição subordinada de gênero, os tempos sociais das mulheres exprimem a obrigatoriedade e opressão patriarcal de sua adequação à organização masculina do tempo. Uma das determinações da violência de gênero sobre as mulheres. Todavia, o tempo dos homens das classes subalternas, como víamos, também exprime a opressão e exploração do capital, assim materializando a relação opressão-dominação-exploração da imbricação dialética relações de gênero (masculino e feminino), de classe e raciais nas esferas públicas e doméstico-privadas.

Embora o tempo como dimensão objetiva do universo, não tenha cor nem sexo<sup>10</sup>, dadas as relações de gênero e de classe que o materializam socialmente, podemos dizer, por analogia, que o *tempo do capital tem marcas masculinas*,

Os tempos da produção e das máquinas exprimem um conflito cotidiano com os *tempos do corpo* de trabalhadores e trabalhadoras (gasto das energias humanas e consumo dos corpos) e com os tempos da reprodução: (maternagem, paternagem, gestação, convalescença, cuidados). Nesse conflito e contradições se exprime a imbricação dialética das relações de classe e de gênero, segundo se seja homem ou mulher, da exploração e da opressão, o que se expressa nas lutas e reivindicações de trabalhadoras e trabalhadores, embora quase nunca pensados na dimensão doméstica-privada da reprodução. O que não nega as transgressões e lutas femininas contra essa subordinação e exploração, nem as lutas dos homens por melhores condições de vida e de reprodução da sua força de trabalho e de sua família

Temos então, que no caso das formações capitalistas, o tempo valorizado e definidor da organização societária dos tempos, é o tempo da esfera produtiva, da produção da mais-valia e da sua realização no mercado. Já os tempos da esfera privada da reprodução, a dos cuidados da vida (*antroprodução*), os que, não são destinados pelas mulheres para produzir mercadorias, não contam para o capital. Em sua dinâmica *sociometabólica*, a reprodução, juntamente com seu tempo sexuado, são garantidos pela ordem patriarcal de gênero da sociedade burguesa, sem ônus para o

---

<sup>10</sup> Explica Heleieth Saffioti (1997: 66) que no nível abstrato do modo de produção capitalista a lógica é a da não distinção entre força de trabalho de brancos e negros, de homens e de mulheres. “Falando estritamente a partir da lógica abstrata do capital, não haveria por que privilegiar uma força de trabalho em detrimento da outra”. Ocorre, porém, que essa lógica do capital opera em sociedades concretas nas quais estão presentes as três contradições básicas: as de classe, as de gênero e as étnico-raciais, “de onde o capital retira mecanismos para maximizar o grau de exploração”.



capital. Todavia, na contemporaneidade do capitalismo tardio e da *mundialização*, muitas das atividades do trabalho doméstico e da reprodução deslocam-se para a esfera pública dos serviços configurando, tanto um espaço da reprodução quanto do trabalho profissional, segundo a ótica da produção de mercadorias, da produtividade e do lucro capitalista (*industrialização da reprodução*), incidindo e tornando mais complexa a reprodução social das famílias e das mulheres e sua relação com a reprodução social. É de se ressaltar que esse deslocamento da reprodução e sua profissionalização, reproduz igualmente a divisão sexuada hierárquica do trabalho, e a sexuação das profissões, predominando, nesse setor, a *figura salarial feminina*<sup>11</sup>, o que não será objeto do presente estudo, embora esteja presente nessa reflexão. Temos então que, assim como a reprodução está subordinada à produção, da mesma forma os tempos da reprodução desempenham papéis subalternos e secundários na *dinâmica sociometabólica do capital*. Os tempos da reprodução são subalternizados, quer se trate da reprodução da força de trabalho para o capital, quer seja para a reprodução de suas “*personificações*”<sup>12</sup>.

Os tempos sociais enquanto mediações das relações sociais constituem uma das mediações do capital no processo de expropriação e exploração da força de trabalho feminina e masculina, da mesma forma que nos tempos sociais femininos, está a mediação da opressão e dominação masculina sobre as mulheres.

Aprofundando nossa compreensão acerca do objeto de estudo o tempo, enquanto realidade societária e vivência individual e coletiva, o tempo social reproduz as desigualdades, assimetrias, hierárquicas, opressão e exploração, que caracterizam tais relações. Igualmente reproduz as hierarquias e desigualdades sociais e política atribuídas às esferas *pública e privada*, onde homens e mulheres realizam suas práticas. Nesse sentido, essas esferas são elas próprias, espaços sexuados.. E, como apontávamos no início, além do capital e da organização androcêntrica que a ele se imbrica, da dominação masculina e do usufruto familiar, da afetividade e dos cuidados com a reprodução por parte das mulheres/mães e *donas-de-casa*, também o Estado usufrui da organização sexuada da reprodução e se apropria dos tempos sociais femininos. Ao valorizar a família e defini-la como centro das políticas sociais, o Estado reproduz a ideologia patriarcal a que identifica e associa família a mulher. Quer dizer, corporifica a família na mulher. Em nome desta e como contrapartida

---

<sup>11</sup> Na prestação dos serviços da reprodução – empresariais ou estatais – também predominam as mulheres. A maior parte das profissões que constituem esses serviços é tida como tipicamente feminina. O que igualmente é corroborado pelas diferentes categorias do emprego doméstico, também classificado como serviços.

<sup>12</sup> Para Combes e Hailcault (op cit: 37), “a especificidade do modo de produção capitalista está nas formas de subordinação da reprodução à produção: na extensão das práticas de dominação de uma classe sobre o conjunto do campo social, na coerência e na imbricação das relações sociais entre sexos e entre classes, na extensão das lutas que o processo de exploração provoca”.





fundamental da política social de assistência, a exemplo dos programas de transferência de renda, a mulher-mãe-beneficiária destes programas, passa acompanhar, a dedicar uma parte dos seus tempos de trabalho da reprodução, com atividades que garantam o sucesso dos programas estatais de política pública, em troca do benefício da bolsa, a exemplo do PETI, Bolsa Família. Em particular, o Estado usufrui dos tempos sociais das mulheres das camadas mais empobrecidas das classes subalternas, sobretudo nestes tempos de crise do capital, de reestruturação produtiva, contra-reforma do Estado e hegemonia neoliberal. Usufruto realizado mediante suas políticas sociais, como as de assistência social, da saúde, atendimento a crianças, combate à pobreza e de renda mínima, dentre outras. Em nome da família, cujo papel central é atribuído às mulheres, em pro de ações afirmativas e de reconhecimento, de constituição de uma “cidadania” para as mulheres, porque sujeitos co-partícipes e co-responsáveis pela realização dessas políticas, o Estado patriarcal, e de classe usa e consome o tempo de trabalho feminino da reprodução. Assim na realização dessas políticas “se fundem” esses tempos femininos percebidos como um tempo gratuito, de doação e “tempo de não-trabalho” mas sempre um “tempo disponível”.(DUQUE-ARRAZOLA 2004)

Este, entretanto, o entendemos como *um tempo retirado da vida das mulheres como parte de suas atribuições femininas determinadas pelas relações de poder de gênero*“ como explica Betânia Avila (2002: 39). Um tempo extorquido delas. Tempo freqüentemente “produzido” pelas mulheres inseridas no mercado de trabalho, tirado do tempo que resta de sua jornada diária.

*Finalizando* esta exposição temos que a divisão sexuada dos tempos, materializam a divisão sexual e desigual do trabalho incluindo nela a dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres, constituindo-se numa das formas da sujeição e subalternidade de gênero das mulheres em que o tempo feminino, com sua elasticidade *natural* para “o outro” e restrição para si própria, se configura como um tempo sem limite, sempre disponível e sem valor, sentido pelas mulheres como uma falta de tempo para participar *da vida lá fora*. Assim sendo, os tempos femininos, são mediações da opressão-dominação-exploração das mulheres.

#### *Bibliografia:*

ARAUJO, Clara, et.al. Marxismo e Feminismo (Dossiê).. *Critica Marxista*, nº 11, 2000.

AVILA, Maria Betânia, O Tempo e o Trabalho das Mulheres, In COSTA, AnaAlice, et.al, *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*, São Paulo: CUT, 2002



COMBES, Danièle e HAICAULT Monique, Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classe. In BULPORT Andrée, K, et..al. *O Sexo do Trabalho*, Rio de janeiro: Paz e Terra, 1986. Pag 23-43

DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. *O Lugar das Mulheres nas Políticas de Assistência Social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco*. CSSA, Serviço Social, UFPE, Recife, 2004 (Tese de doutorado).

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de janeiro: Zahar, 1998.

HIRATA, Helena. Tempo de trabalho “distribuição de trabalho” e relações sociais de sexo.: o trabalho das mulheres nas problemáticas da “disribuição do trabalho” . Gedisst/Iresco/CNRS, s/d (mimeo).

KERGOAT, Danièle, Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova concituação. In In BULPORT Andrée, K, et..al. *O Sexo do Trabalho*, Rio de janeiro: Paz e Terra, 1986. Pag 79-93

LANGEVIN, Rapports aux temps sociaux et division sexuée. Les rapports sociaux de sexe une journée de discussion Cahiers du GEDISST, Iresco/CNRS.Paris. nº3, 1992

MARX Karl . *Manuscritos Economicos-Filosoficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001

SAFFIOTI, Helehieth, Rearticulando Gênero e Classe Social.In, BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertna, *Uma questão de gênero*.Rio de Janeiro:Rosa dos Tempos; São Paulo: F.C.Chagas. pag183-215

SAFFIOTI, Helehieth e FERANTE Vera. *O Poder do Macho* . São Paulo:Moderna, 1987.

THOMPSON, Edward P, *Temps, travail et capitalisme Industriel*. París:Libre, Payot, 1979.